

CONGRESSO

Falta de quórum deixa 221 matérias paradas

Jorge Cardoso/AE—17/1/94

Número aumenta todos os dias e atrasos nas votações prejudicam o Executivo e o Legislativo

ANTONIO MARCELLO

BRASÍLIA — Acordos internacionais, projetos de lei, medidas provisórias, mensagens e vetos presidenciais: mais de 200 matérias estão paradas nas pautas do Congresso, do Senado e da Câmara, pela constante falta de quórum ou por negociações partidárias que não avançam. Sem contar os projetos em análise nas comissões técnicas, constam das pautas dos plenários das três Casas 221 proposições, número que aumenta diariamente com a chegada de novos projetos.

Nos últimos meses, a situação se agravou com a CPI do Orçamen-

to, o ajuste fiscal e a revisão constitucional. A paralisação dos plenários, enquanto as discussões fora deles pegavam fogo, criou dificuldades tanto para o Executivo quanto para o Legislativo. O Senado conseguiu disciplinar minimamente sua atuação plenária, definindo um calendário de sessões. No entanto, as surpresas em votações como a do ajuste fiscal têm obrigado senadores a reuniões que começam no final da noite.

Na Câmara, o presidente Inocêncio Oliveira (PFL-PE) está insistindo na aprovação de um projeto de resolução que marca sessões para todos os dias da semana. Um projeto de resolução é uma medida legal que trata de assuntos internos de qualquer das Casas do Congresso. Atualmente, só é prevista uma sessão semanal, às segundas-feiras, dia em que o quórum é reduzido quase a zero, im-

pedindo a votação de matérias importantes. As sessões diárias servirão também de parâmetro para os prazos que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) tem de atender no julgamento dos parlamentares que tiveram a cassação proposta pela CPI do Orçamento. Inocêncio garante que essa não é a causa básica para seu projeto de resolução. "Temos mais de 70 proposições para votar, a Câmara não pode ficar paralisada", justificou.

O projeto entrou em pauta segunda-feira, mas um requerimento do líder do PDT, Luiz Salomão (RJ), apoiado pelo PT e pelo PC do B, adiou a votação. Os líderes queriam que houvesse uma discussão

mais aprofundada para evitar acusações de que o projeto só entrou em pauta para diminuir o prazo de defesa dos acusados pela CPI. De acordo com o Regimento Interno da Câmara, o prazo de defesa é de cinco sessões.

Se elas forem semanais, o processo de cassação vai durar muito mais tempo que o previsto. Inocêncio quer aprovar o projeto nesta segunda-feira.

O Executivo também sofre com

o atraso nas votações. Há, no Congresso, pelo menos 14 projetos de lei abrindo créditos suplementares e especiais para ministérios como o da Saúde, já em pauta e prontos para a votação, mas que vão continuar na fila de espera.

CÂMARA TEM APENAS UMA SESSÃO SEMANAL

FILA DE ESPERA

Entre as 97 matérias para discussão ou votação incluídas na pauta do Congresso, estão 17 projetos de lei e 22 de resolução, 14 medidas provisórias e 44 apreciações de vetos do Executivo. No Senado são 27 as matérias acumuladas: 7 projetos de lei, 10 de resolução, e 10 decretos legislativos. Na Câmara estão paradas 97 proposições: 19 requerimentos de urgência, 56 projetos de lei, 5 de resolução, 10 decretos legislativos, 1 mensagem do Executivo e 6 apreciações preliminares de pareceres de comissões técnicas.

Estes são algumas das matérias na lista de espera do Congresso, Câmara e Senado:

CONGRESSO

■ Projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual para o biênio 1994/1995. Na pauta de votação desde 7 de novembro.

■ Projeto de lei que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1994. Parecer encaminhado à Mesa em 6 de dezembro.

■ Projeto de resolução que altera a estrutura da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Parado desde a leitura, em 22 de dezembro de 1991.

■ Projeto de resolução que cria a Comissão Mista Permanente de Prevenção, Fiscalização e Controle de Drogas e do Tráfico Ilícito de Entorpecentes. Parado desde a leitura, em 10 de março de 1992.

■ Projeto de resolução que cria a Comissão Mista Permanente para Assuntos Energéticos e Nucleares.

Parado desde a apresentação de pareceres da Câmara e do Senado, ambos de 1991.

SENADO

■ Projeto de lei aprovado na Câmara que suspende os efeitos da renúncia de parlamentar sob investigação por falta de decoro.

■ Projeto de lei que cria a Agência Espacial Brasileira, aprovado pelos deputados no ano passado.

■ Projeto de lei do senador Mário Covas que fixa o número de candidatos pelo sistema proporcional nas eleições deste ano.

■ Projeto de lei que proíbe o pagamento de dividendos e de participações nos lucros, com base em saldo credor da conta de correção monetária, apurado por empresas controladas pelo poder público. Aprovado pela Câmara em 1992.

■ Projeto de decreto legislativo que aprova o texto da Convenção da Organização Internacional do Trabalho sobre alojamento a bordo de navios de pesca. A convenção foi assinada em 1966 e ainda depende da ratificação do Senado.

■ Projeto de decreto legislativo que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Conflitos de Lei em Matéria de Cheques, concluída em Montevideu em maio de 1979 e ainda pendente de ratificação.

■ Projeto de decreto legislativo que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre a Restituição Internacional de Menores, celebrado em Montevideu, em julho de 1989.

CÂMARA

■ Projeto de lei que estabelece normas para as microempresas e empresas de pequeno porte, em relação ao tratamento diferenciado e simplificado nos campos administrativo, fiscal, previdenciário e trabalhista. Em tramitação desde 1989.

■ Projeto de lei que obriga o Ministério Público a participar de processos que envolvam litígio pela posse de terra. Em tramitação desde 1992.

■ Projeto de lei que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados. Em tramitação desde 1989.

■ Projeto de lei que cria área de livre comércio no município de Oiapoque (AP). Em tramitação desde 1990.

■ Projeto de decreto legislativo que aprova o texto do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em dezembro de 1990 e ainda pendente de ratificação pelo Congresso.

■ Projeto de decreto legislativo que autoriza a realização de plebiscito para restabelecer os antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Em tramitação desde 1992.

■ Projetos de decreto legislativo autorizando plebiscitos para criar Estados de Aripuanã e de Tapajós.

A pauta do Congresso tem

97

matérias acumuladas, entre projetos de lei, projetos de resolução, medidas provisórias e vetos do Executivo

A Câmara tem para apreciar

56

projetos de lei acumulados